



Percurso de um professor surdo: autobiografia e relação com as políticas educacionais

Path of a deaf teacher: autobiography and relationship with educational policies

Trayectoria de un docente sordo: autobiografía y relación con las políticas educativas

Lucas Emanuel Lenartovicz¹



<https://orcid.org/0009-0004-2350-1796>

Alessandro de Melo²



<https://orcid.org/0000-0003-0468-3964>

Resumo: Este artigo deriva de um estudo em nível de mestrado em educação, cuja pesquisa é um relato autobiográfico baseado na história de vida de um indivíduo surdo, examinando como as políticas educacionais inclusivas influenciaram suas experiências. Os objetivos são: a) compreender as perspectivas epistemológicas da pesquisa autobiográfica; b) explorar os conceitos de identidade e cultura e o contexto histórico das políticas educacionais inclusivas no Brasil; c) avaliar como as políticas educacionais inclusivas impactaram as dimensões da vida de um sujeito surdo. A metodologia de pesquisa empregada é a abordagem autobiográfica, a partir da valorização da experiência pessoal e a reflexão sobre essa experiência. As narrativas foram construídas e reconstruídas. Reavaliar como a língua de sinais e a língua natural eram percebidas, respectivamente, foi crucial, bem como conduzir uma nova análise da subjetividade e da surdez.

Palavras-chave: Pesquisa autobiográfica. Identidade surda. Políticas educacionais inclusivas.

Abstract: This article derives from a master's study in education, which research is an autobiographical account based on the life story of a deaf individual. It examines how inclusive education policies have influenced his experiences. The objectives are: a) understanding the epistemological perspectives of autobiographical research; b) exploring the concepts of identity and culture, and the historical context of inclusive educational policies in Brazil; c) assessing how inclusive educational policies have impacted the dimensions of a deaf individual's life. The research methodology employed is the autobiographical approach, which is based on valuing personal experience and reflecting on this experience. The narratives were constructed and reconstructed. Reassessing how sign language and natural language were perceived, respectively, was crucial, as well as conducting a new analysis on subjectivity and deafness.

Keywords: Autobiographical research. Deaf identity. Inclusive educational policies.

¹ Mestre em Educação. Professor efetivo de Letras Português/Libras no Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Pitanga. E-mail: lucas.lenartovicz@ifpr.edu.br

² Doutor em Educação. Professor associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade. E-mail: alessandrodemelo@uepg.br

Resumen: Este artículo deriva de un estudio de maestría en educación, cuya investigación es un relato autobiográfico basado en la historia de vida de un individuo sordo, examinando como las políticas de educación inclusiva han influido en sus experiencias. Los objetivos son: a) comprender las perspectivas epistemológicas de la investigación autobiográfica; b) explotar los conceptos de identidad y cultura y el contexto histórico de las políticas educativas inclusivas en Brasil; c) evaluar como las políticas educativas inclusivas han impactado en las dimensiones de la vida de un individuo sordo. La metodología de investigación empleada es el enfoque autobiográfico, basado en la valoración de la experiencia personal y la reflexión sobre esta experiencia. Las narrativas fueron construidas y reconstruidas. Revalorar como se percibían la lengua de señas y la lengua natural, respectivamente, fue crucial, así como realizar un nuevo análisis de la subjetividad y la sordera.

Palabras clave: Investigación autobiográfica. Identidad sorda. Políticas educativas inclusivas.

Introdução

O artigo, derivado de um estudo de mestrado em educação e construído em parceria com o orientador da pesquisa, traz um relato autobiográfico sobre as experiências de vida de um indivíduo surdo analisadas em paralelo com as políticas educacionais inclusivas que o afetaram ao longo da vida.

O diagnóstico de surdez neurossensorial grave no ouvido direito e surdez neurossensorial profunda no ouvido esquerdo veio aos quatro anos de idade, no entanto a causa clínica permanece indeterminada. Aos cinco anos, obteve o primeiro aparelho auditivo, indicado por profissionais para auxiliar na comunicação com a família e colegas. Aos seis, entrou na escola, e é sobre essa experiência que o artigo aprofunda as análises.

Ao longo da escolarização básica, não teve o acompanhamento de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais – TILS profissional, mas, mesmo assim, concluiu esse nível de escolaridade. Esse foi um processo desafiador e complexo, pois as habilidades com o aparelho auditivo e a leitura labial não eram suficientes para compreender plenamente os colegas e professores. Ao longo dos estudos, foi desenvolvendo o contato com a comunidade surda por meio de diversos recursos, como a Sala Multifuncional de Recursos para Surdez, celebrações culturais, como o Dia Nacional do Surdo, eventos religiosos, encontros organizados pela comunidade surda e a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

No ano de 2015, na própria cidade onde vivia, Pitanga (PR), iniciou sua primeira graduação, no curso de Pedagogia em uma universidade estadual paranaense. Após enfrentar dificuldades de compreensão de alguns dos professores, pôde contar com um Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais para as aulas. Essa experiência que o levou a tornar-se futuramente professor e sempre defensor da comunidade surda, lutando pelo seu direito à língua, à educação e à inclusão na sociedade.

O objetivo da pesquisa é apresentar a vida de um surdo por meio de um relato autobiográfico e de como essa vida foi afetada pelas políticas educacionais inclusivas, cuja implementação coincidiu com o próprio período da vida, nos anos 2000. Para atingir esse objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos, que são os seguintes: a) compreender as perspectivas epistemológicas relevantes para a investigação autobiográfica, bem como os fundamentos teóricos e metodológicos que rodeiam o tema;

b) explorar os conceitos de identidade e cultura e o contexto histórico das políticas educacionais inclusivas implementadas pelo sistema jurídico brasileiro; e c) examinar como as políticas educacionais inclusivas influenciaram a vida do sujeito surdo ao escrutinar o processo de formação da identidade na perspectiva dele.

O método autobiográfico é o caminho escolhido de metodologia de pesquisa devido às suas características únicas que permitem a exploração de pensamentos e ideias, conduzindo a reflexões críticas baseadas na narrativa, com a ideia de que a reflexão e a autorreflexão são motores da ação e da transformação. O aspecto qualitativo do método também justifica sua seleção, por se tratar de uma abordagem que valoriza a autonomia e a subjetividade da autoria, que oferece uma análise detalhada do tema em estudo. Além disso, esse método enfatiza a experiência do pesquisador, criando uma relação direta com os fatos pesquisados.

A pesquisa demonstra que é necessário apostar e lutar por ampliação das políticas educacionais inclusivas, pois, de fato, acabam por influenciar positivamente a vida concreta das pessoas com deficiência, como claramente foi o caso do sujeito desta pesquisa autobiográfica. Políticas inclusivas têm o condão de garantir e ampliar direitos, de modo a atender aos dispostos na Constituição Federal de 1988 sobre o direito à educação e à dignidade humana. Daí que, ao trazer o relato de uma vida significativa, beneficiada pelas políticas inclusivas brasileiras, podemos ser mediadores de outras lutas, individuais e coletivas, de defesa de direitos das pessoas com deficiência, especialmente as pessoas surdas.

O artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A seguir, trataremos da metodologia da pesquisa autobiográfica. Em seguida, tratamos dos conceitos de identidade, cultura, linguagem e constituição do sujeito, para nos aproximarmos da identidade surda que compõe o espectro deste onde tratamos a pesquisa autobiográfica. Na terceira parte, o objetivo é tratar das políticas e dos documentos legais para a educação inclusiva de alunos surdos. Por fim, nas considerações finais, trazemos a síntese da pesquisa, que é a análise do paralelismo entre o relato autobiográfico de um sujeito surdo e como este se encontra com as políticas educacionais inclusivas, desenvolvidas no mesmo período de vida e que afetaram este sujeito direta e indiretamente.

Antes de prosseguir, um esclarecimento sobre a escrita do texto. Sempre que foi possível, deixamos o texto na primeira pessoa do plural para contemplar a parceria entre os autores, no caso o orientador do mestrado e o mestre. No entanto, quando o relato é especialmente particular, deixamos o texto na primeira pessoa do singular, relacionada ao sujeito que aqui é o centro da autobiografia.

Pesquisa autobiográfica: perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas

A narração é uma atividade fundamental que os humanos realizam ao usar a linguagem. Isso inclui contar experiências, compartilhar fatos e relatar eventos. Através da narração, comunicamo-nos com outras pessoas e compartilhamos nossas experiências, tanto positivas quanto negativas. Isso ajuda-nos a compreender melhor a vida, a responder questões existenciais profundas e a entender como os humanos se desenvolvem como indivíduos. Além disso, conectamo-nos com a história da humanidade, que é preservada por meio de diversos empreendimentos artísticos, culturais e científicos emoldurados pela narrativa.

O conceito de narrativa, nesse contexto, é considerado um componente significativo da comunicação. Compartilhar experiências pessoais e relatar acontecimentos pode levar os indivíduos a redescobrir e reconstruir sua identidade. Segundo Benjamin (1994, p. 37), as narrativas possuem uma dimensão ampla que não se limita às memórias e às experiências, mas sim ao processo de reconstruí-las e recontá-las. A arte de contar histórias surge do desejo de expressar emoções e trocar experiências. Conseqüentemente, a narrativa caracteriza-se pela sua natureza aberta, que valoriza a subjetividade humana, e tornou-se uma metodologia empregada em diversas investigações científicas. A pesquisa narrativa é apenas uma aplicação do conceito mais amplo de narrativas e é amplamente empregada em ambientes acadêmicos que exploram práticas educacionais. Na definição de Telles (2002), trata-se de uma abordagem qualitativa que permite ao leitor e ao escritor uma conexão mais íntima com a realidade investigada.

A pesquisa narrativa, no caso em tela, centra-se na narração de experiências em ambientes educacionais, buscando encontrar significado nos fenômenos observados, sejam eles de natureza pessoal ou profissional. O método e o objeto da pesquisa são ambos narrativas, que formam uma parceria com os envolvidos. Portanto, a visão de tratar o participante da pesquisa como um mero objeto é rejeitada nessa abordagem. Isso permite que o pesquisador e os participantes desenvolvam uma compreensão profunda um do outro (Telles, 2002, p. 106).

Para compreender os princípios da investigação qualitativa, podemos recorrer aos conhecimentos fornecidos pelas perspectivas marxistas sobre métodos qualitativos e quantitativos. No domínio da investigação educacional, existe uma dicotomia, mas um ponto de vista marxista sugeriria que essa dicotomia é supérflua, dado que lhe falta uma justificação válida para a sua existência. Como afirma Triviños (1987, p. 118):

Os marxistas afirmam que existe uma relação necessária entre a mudança quantitativa e a mudança qualitativa. E esta, como sabemos, resulta das mudanças quantitativas que sofrem os fenômenos. Mas a qualidade do objeto não é passiva. As coisas podem realizar a passagem do quantitativo ao qualitativo, e vice-versa.

É importante reconhecer que a pesquisa pode abranger simultaneamente aspectos qualitativos e quantitativos. Ao utilizar informações estatísticas, a ênfase é colocada na obtenção de resultados objetivos sem incorporar fatores adicionais. Por outro lado, a investigação qualitativa não se baseia apenas em dados estatísticos, mas não a torna menos especulativa. A importância da pesquisa reside na sua objetividade e validade conceitual, que contribuem para o avanço do pensamento científico, sem, no entanto, a pretensão da verdade absoluta. As narrativas são, nesse sentido, parte da realidade, parte da materialidade, já que são as formas como os sujeitos tratam da forma como vivenciam suas experiências, e essa forma de narrar relaciona-se diretamente com a forma como se vive e age no mundo (Melo; Rivas Flores, 2022).

Na definição de Pérez Serrano (1994, p. 41), uma autobiografia é uma narrativa que narra experiências, atitudes, aspirações e objetivos de um indivíduo ou grupo. Essa narrativa pode ser sobre a própria história do investigador ou sobre um terceiro, permitindo-nos olhar para trás no tempo e obter uma compreensão mais profunda da sua prática, das aspirações, dos comportamentos e de questões relacionadas com a comunidade. As autobiografias podem ser estruturadas, com diretrizes específicas estabelecidas para a apresentação de informações sistemáticas, ou não estruturadas, onde indivíduos ou grupos compartilham espontaneamente suas experiências e reflexões, sem instruções definidas.

O objetivo de uma autobiografia é aumentar a compreensão de uma história pessoal que apresente determinado interesse para a pesquisa a ser desenvolvida, sendo uma forma de imersão profunda nesta vida e nas experiências (Bohnen, 2011; Bueno, 2002). Por outro lado, auxilia o sujeito a compreender sua jornada, explorando suas experiências passadas, que, ao serem compartilhadas, podem fazer sentido para outros sujeitos.

O foco deste tópico é aprofundar os conceitos de experiência, identidade narrativa e relação espaço-tempo em uma narrativa autobiográfica. Essa exploração visa revelar o significado de contar a própria história num diálogo autobiográfico.

A investigação narrativa autobiográfica, segundo Melo (2023, p. 5), trata-se:

de um dispositivo epistêmico-metodológico (Souza, 2020) que transcende a relação imediata entre sujeito e objeto e instala a relação do sujeito com sua história, que se compõe de histórias relacionais com outros sujeitos e com determinadas práticas sociais – neste caso, a relação primordial que ocorre na experiência da orientação na pós-graduação.

Esta possui certas características fundamentais que são consideradas essenciais. Em primeiro lugar está a ênfase na própria narrativa, que é construída pelos sujeitos investigados. Outro aspecto fundamental é o construtivismo, que envolve a organização de relatos de experiências com base em

estruturas significativas. O interacionismo também é significativo, pois as narrativas são moldadas pelas relações que os indivíduos formam com o seu entorno e com outras pessoas. Também é importante reconhecer que os significados construídos através dessas narrativas são dinâmicos e sujeitos a mudanças ao longo do tempo. Além disso, o aspecto contextual da investigação narrativa autobiográfica é crucial, uma vez que as narrativas estão situadas num tempo e espaço histórico e social específicos (Pérez Serrano, 1994).

A pesquisa autobiográfica é um tipo de expressão individual e social, portanto, as narrativas autobiográficas têm a capacidade de fortalecer a ligação entre o tempo do mundo atual, o tempo da história contada e o momento da leitura. Esses vários tempos não são uma coincidência, pois o tempo contado não se alinha à ordem cronológica dos acontecimentos da vida. Em vez disso, destaca os conflitos e as inconsistências entre o ato de contar histórias e a natureza temporal da experiência humana.

Ao empregar a pesquisa autobiográfica como metodologia, é imprescindível ter cautela devido aos diversos fatores que podem influenciá-la. Esses fatores incluem o contexto em que ocorre, o status social do indivíduo durante a narração, o público-alvo, as circunstâncias que cercam a narrativa e o propósito por trás dela. Cada narrativa é única e não pode ser replicada, assim como o próprio tempo. Assim “os indivíduos representam a si mesmos e aos demais em uma perspectiva temporal de sua existencialidade e das experiências ao longo da vida” (Souza, 2020, p. 21, tradução nossa).

Seguindo as reflexões de Souza (2020), compreendemos que a pesquisa (auto)biográfica emerge do próprio indivíduo e das diversas maneiras que ele encontra para narrar suas experiências, delimitando espaços particulares para essa construção. Isso inclui considerações sobre a temporalidade das experiências, que são selecionadas para fins analíticos, como exemplificado no caso específico em que um período e uma prática social particular no contexto profissional são destacados. O objetivo é desenvolver um “conhecimento de si” (Souza, 2020), intrinsecamente ligado ao paradigma qualitativo das Ciências Humanas. Esse paradigma remonta às ideias fundamentais da sociologia compreensiva de W. Dilthey (1833–1911) e ao paradigma antropológico delineado por Geertz (1989) em sua noção de “descrição densa”.

Nesse sentido, a pesquisa (auto)biográfica constitui-se como uma perspectiva fértil de investigação ao permitir romper com o antigo paradigma entre o cientista e o objeto estudado, enfatizando, assim, a captação, a compreensão e a interpretação das experiências humanas, inscritas em uma realidade subjetiva (intrassubjetiva, olhar para si mesmo) e intersubjetiva (relação com os outros, com o contexto) (Souza, 2020, p. 22-23, tradução nossa).

Portanto, a pesquisa narrativa autobiográfica emerge como uma instância questionadora do paradigma epistêmico vigente, especialmente na prática científica, na qual mesmo nas disciplinas

humanísticas persiste a dicotomia entre sujeito e objeto. Ao construir narrativas sobre a experiência de um sujeito surdo e sua relação com a própria experiência e com as políticas educacionais inclusivas, o objetivo é gerar um conhecimento fundamentado na vivência pessoal, um “autoconhecimento” que busca dialogar tanto com outras experiências teóricas no campo da pesquisa (auto)biográfica quanto com os leitores, que podem ser instigados a refletir sobre suas próprias trajetórias.

Souza (2020) examina uma das práticas conduzidas pelo Grupo de Pesquisa Autobiografia, Formação e História Oral (GRAFHO/UNEB), denominada “oficina biográfica”, inspirada no trabalho de Delory-Momberger (2006). Nessa abordagem, as experiências subjetivas e a história de vida são entrelaçadas como espaços formativos, vinculadas às temporalidades (passado, presente e futuro) que permeiam tanto o conteúdo quanto a motivação da narrativa construída. Na presente construção compartilhada, o passado, representado pela rememoração das experiências, encontra-se com o presente, onde reconhecemos a importância da narrativa na reflexão de um caso significativo e que pode representar outros e, até mesmo, chegar a ser explicativo do período estudado, para além da vida pessoal aqui tratada, e projeta-se no futuro, refletindo sobre como essa relação aqui estabelecida pode ser uma baliza para pensar e agir na educação inclusiva.

Uma introdução à questão das identidades surdas

Na era da globalização, o tema da identidade é um tópico de muito debate, com a expressão “crise de identidade” a tornar-se cada vez mais predominante. De acordo com a perspectiva de Hall (2001), a crise de identidade é um processo abrangente de transformação que perturba as estruturas fundamentais que proporcionam aos indivíduos um sentimento de segurança e constância nas suas posições sociais. Durante a análise dessa questão específica, o escritor reflete sobre três ideias únicas de identidade.

A primeira delas é o conceito de sujeito iluminista, que se baseia na noção de um indivíduo coeso e centralizado. Considera-se que esse indivíduo possui um núcleo essencial, ou identidade, unificado e imutável, que permanece com ele ao longo do tempo. Essa ideia de identidade é principalmente de natureza individualista e permaneceu relativamente consistente ao longo da sua história.

A segunda é a noção de sujeito sociológico, que é um reflexo da natureza intrincada do mundo contemporâneo e do reconhecimento de que a identidade de uma pessoa é resultado da interação entre ela e a sociedade. Apesar disso, o sujeito ainda está ancorado num centro ou núcleo fundamental – o *self* autêntico – que é moldado e remodelado através de uma conversa contínua com o ambiente

cultural externo e o sentido de *self* que ele apresenta. Em essência, o eu genuíno não é independente ou autossuficiente, mas é moldado em correlação com a cultura em que existe.

Um terceiro tipo é o sujeito pós-moderno, que, como consequência de transformações estruturais e institucionais, o processo de identificação torna-se instável e temporário, resultando em uma identidade pouco sólida e duradoura: “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (Hall, 2001, p. 13).

Segundo Hall (2001), a formação da identidade não é um traço inerente, mas sim um processo gradual que ocorre inconscientemente ao longo do tempo. Como as nossas identidades estão em constante evolução, esse processo nunca está verdadeiramente completo. A nossa identidade não é definida apenas pelas nossas características individuais, mas também pela forma como apresentamos aos outros com base nas suas expectativas e percepções. Portanto, o cumprimento das expectativas externas torna-se um aspecto crucial na construção da nossa identidade.

É por meio desses aportes de Hall (2001) que vamos, a seguir, iniciar a discussão sobre a identidade surda, ou melhor, sobre as identidades surdas, já que não existe apenas uma identidade surda. De maneira geral, ao mencionarmos identidades surdas, estamos fazendo referência às maneiras como as pessoas surdas compreendem sua própria surdez e a si mesmas dentro desse contexto, concepções que influenciam suas atitudes e comportamentos. A identidade surda é diversificada, abrangendo desde indivíduos surdos que adotam uma postura política em prol dos direitos da comunidade surda e que vivenciam e valorizam sua cultura até aqueles que buscam assimilar a cultura ouvinte e participar dela à sua maneira.

Começamos pela definição de pessoa surda, conforme estipulado no artigo 2º do Decreto nº 5.626/2005, que tem por finalidade regulamentar a Lei nº 10.436/2002 sobre a Libras. Neste, podemos ler que:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Brasil, 2005).

Como um dos fatores históricos de discriminação dos surdos era a linguagem, o fato de termos uma lei que em 2002 elevou a língua de sinais ao estatuto de língua legítima tem implicações significativas não só a nível linguístico e cognitivo como também a nível social. Destaca-se que em 2002 o sujeito que aqui tem sua autobiografia narrada tinha cinco anos, portanto, estava prestes a adentrar o mundo escolar, o que ocorreu em 2003, beneficiando-se da referida lei. Logo, temos prontamente a relevância

de uma autobiografia localizada politicamente, relacionando a vida individual com os fatos sociais das políticas educacionais inclusivas.

Estar em conformidade com as normas sociais estabelecidas pela maioria equivale a ter uma linguagem e fazer parte da norma, enquanto a não conformidade implica a ausência da linguagem e de tudo o que ela acarreta, incluindo comunicação, cognição e aprendizagem. Essa “normalidade” muda quando a língua de sinais é admitida como uma língua específica da comunidade surda, permitindo que os indivíduos surdos sejam reconhecidos como indivíduos capazes de linguagem e transformem a “anormalidade” num sentido de diferença que é, em essência, um “novo normal”.

Indivíduos sem familiaridade com a Libras encontrariam desafios significativos na tentativa de integração nessa rede. Obstáculos de comunicação, preconceitos e isolamento social são fatores que contribuem para a criação de barreiras. No entanto, essas barreiras são agravadas pela comunicação fácil que existe entre aqueles que são fluentes em linguagem gestual, levando a uma sensação de isolamento que é, muitas vezes, imediata e involuntária.

Selecionar o termo “surdo” em vez da definição de “deficiente auditivo” é uma noção crucial. Essas terminologias referem-se à necessidade de reconhecimento não apenas das distinções, mas também das dificuldades que surgem dessas diferenças. Indivíduos que nascem surdos possuem uma percepção de mundo única em comparação com aqueles que ouvem. Consequentemente, a sua educação necessita de abordagens específicas e a sua comunicação com os outros é mais complexa. Para dar um exemplo mais concreto da questão da composição identitária, selecionamos um relato autobiográfico produzido ao longo da pesquisa:

Pensava eu por que sou surdo? Porque todos que estavam nos meus arredores ouviam, eu olhava para os lábios destas pessoas e não as entendia. Apesar de não nascer surdo, quando perdi a audição possuía memória auditiva, fato este que contribuiu para falar e mesmo interagindo de forma verbal com estas pessoas, porque, mesmo assim, ainda não as entendia? Eram várias as indagações acerca da minha pessoa, por que isso? por que aquilo? na busca de uma descoberta dos porquês, tentei entender por que eu falava, mas mesmo assim não compreendia (Lenartovicz, 2023, p. 36).

A partir do sexto ano do ensino fundamental, começou a frequentar uma escola convencional onde todos os seus colegas ouviam. Posteriormente, frequentou também o Centro de Assistência dos Surdos (CAES), espaço destinado ao aprendizado da língua de sinais e ao contato com outros surdos. No entanto, as dúvidas permaneciam. Por que tinha que frequentar esse espaço se podia falar? Iria com o tempo ser incapaz de falar? Por que todos estavam comunicando-se com gestos? Por que estava lá? E segue o relato:

Atualmente, enfrento um conflito interno em relação à minha identidade. Apesar da minha resistência inicial, acabei interagindo socialmente com outros surdos. Esta foi uma experiência desafiadora para mim, pois não nasci surdo e estava em processo de construção de uma identidade baseada em minhas habilidades auditivas. Porém, essa construção foi interrompida abruptamente e fui obrigado a iniciar um novo processo de formação de identidade. Levei vários anos para compreender e definir totalmente esse novo processo de identidade (Lenartovicz, 2023, p. 38).

Não compreendia a própria surdez, apesar de ter parentes surdos. Só quando conheceu outros surdos é que começou a reconhecer as diferenças nas identidades surdas, e não apenas um “modelo” singular. Aceitar a identidade surda é fundamental, pois negá-la pode gerar sentimentos de frustração, vergonha e não aceitação. Recusar-se a reconhecer a própria surdez significa esconder uma parte da sua identidade.

Existem pesquisas sobre surdez que se concentram na noção de que as identidades são limitadas a apenas dois extremos do espectro: ouvintes ou surdos. A identidade é sempre forjada no contexto de um grupo ao qual um indivíduo pertence, diferenciando-o de outros grupos e estabelecendo assim uma relação negativa entre eles.

Ao discutir o assunto da surdez, o termo “cultura” normalmente se refere a um conjunto de vários componentes. Isso inclui coisas como a linguagem de sinais, as técnicas sociais e os mecanismos adaptativos empregados pelos indivíduos surdos para navegar pelo mundo, e outras práticas, como a utilização de despertadores vibratórios, interruptores de luz, aparelhos de fax em vez de telefones, e até mesmo a forma como as piadas são contadas entre a comunidade surda. Os indivíduos surdos são frequentemente bilíngues e biculturais, o que significa que possuem um conjunto único de referências à história dos surdos, um conjunto compartilhado de significados simbólicos transmitidos através do uso da linguagem comum e um conjunto específico de normas e estratégias sociais, ao mesmo tempo que existem dentro de uma sociedade moldada principalmente por indivíduos ouvintes.

A defesa da cultura surda não é apenas uma questão de defender os seus direitos ou de procurar melhorar o seu bem-estar, pelo contrário. É um movimento que procura transformar fundamentalmente os mecanismos de desigualdade que foram perpetuados contra a comunidade surda. Infelizmente, o próprio termo “cultura” tem sido cooptado por alguns como uma ferramenta para justificar e manter essa desigualdade, bem como para reforçar a percepção dos indivíduos surdos como um grupo monolítico.

Apresentamos um trecho adicional da narrativa autobiográfica construída na pesquisa, que serve como ilustração sobre a cultura surda:

Sobre cultura surda, remeto a uma memória minha que perdura até os dias de hoje. Em meus tempos de educação básica, enquanto acadêmico, frequentava o ensino regular no período matutino. Junto com isso, tinha uma grande dificuldade em acordar no horário certo, pois o despertador tocava em som, que para mim não

surtia nenhum efeito, foi necessário comprar um relógio que ao despertar emitisse vibrações, que aí sim eu conseguia acordar no horário e resolver minhas atividades diárias. Outra passagem, recente, é o uso dos aplicativos de comunicação, pelos quais recebo algumas mensagens de áudio, não consigo compreendê-los, necessitando de um outro aplicativo que transcreva esse áudio para a escrita. Outra passagem que podemos trazer à tona é quando eu praticava esporte, jogava bola, não ouvia o apito do juiz, mas como tinha percepção visual, estava atento à sua movimentação gestual, percebendo assim as regras do jogo. Isto é cultura surda, são práticas e seus modos de viver no/sobre o mundo, sendo um conjunto de mecanismos compensatórios ou alternativos que os surdos “precisam” utilizar diante da limitação auditiva, incluindo o uso da língua visual-manual, identificada em suas próprias palavras, como “cultura surda” (Lenartovicz, 2023, p. 41-42).

A comunidade surda no Brasil desenvolveu uma linguagem própria, chamada Libras, que é baseada em experiências visuais. Contudo, o que exatamente constitui uma “pessoa surda”? Como sugere Reis (2006, p. 19), pode haver interpretações variadas desse termo.

Uma estratégia de poder, de identidade. O que constitui este povo? As associações, organizações locais, nacionais e mundiais de surdos, as lutas, a cultura, as políticas. E uma representação simbólica não como uma simples comunidade a quem podem impor regras, mas como uma estrutura forte que se defende, impõe suas próprias regras, seus próprios princípios.

Para clarear esse processo, trazemos uma outra memória narrada, construída na pesquisa de mestrado:

Antes de aprofundarmos as diferenças, acredito que deva ser importante mencionar que conheci a Libras, fluentemente, aos dezesseis anos e, até então, me comunicava apenas verbalmente. O fato de ter nascido ouvinte, perdido a audição aos 5 anos de idade e enfrentar alguns questionamentos referente à identidade e construção enquanto ser cultural e social, me fez vivenciar experiências contrárias à maioria das histórias relatadas pelos surdos. Enquanto muitos afirmam que tiveram uma educação puramente oralista, diante de uma proibição do uso da língua de sinais, o meu processo educacional, principalmente na infância, ocorreu o inverso, houve, inicialmente, uma imposição da língua de sinais, proibição do uso da fala, tudo isso no discurso de que deveria aprender a Libras para me comunicar, conviver socialmente e respeitando os princípios bilíngues. Este fato não considerou a minha particularidade, identidade e cultura, eu não me via, neste momento da vida, surdo, não sentia “necessidade” de aprender a Libras. Desta forma, isso criava ainda mais um sentimento de repulsa a este mundo surdo. Não houve uma preocupação em me possibilitar uma construção identitária de acordo com minhas particularidades, e sim uma tentativa de me enquadrar num grupo, numa identidade à qual eu não sentia fazer parte naquele momento.

Esse conflito cultural, identitário e educacional perdurou por toda minha infância, pré-adolescência até a minha juventude. O cenário muda, mais precisamente aos quinze anos de idade, por volta de 2012, quando uma professora bilíngue assume o Centro Especializado de Atendimento na Área da Surdez (CAES) e começa um trabalho de atendimento educacional especializado comigo de uma forma um pouco diferente. Sem esquecer as metodologias bilíngues, ela permite que me “liberte”, seja quem eu realmente sou, dentro de uma sala de aula, diante de outros colegas surdos, apesar das diferenças identitárias e culturais. Ressalto que ainda não tinha uma

identidade definida, mas começa aí o pontapé inicial para a construção e o esclarecimento de uma confusão que me perseguiu por durante anos.

Uma coisa tão simples, um olhar especial de uma professora, que soube trabalhar sem “fugir” dos princípios de uma metodologia bilíngue, fazer com que eu desse os passos iniciais para uma aproximação inicial com a comunidade surda. Sentia neste momento que eu poderia ser “eu” dentro daquela sala, um sujeito que não ouvia – vale ressaltar que ainda não me via como “ser surdo” – mas que podia falar, interagir e trocar experiências com outros surdos e professores, o detalhe estava na forma de ensino, na forma como a professora introduziu os sinais nas minhas experiências, naquele momento, passavam despercebidos, mas de uma maneira natural fui incorporando esses sinais e, agora sim, sentindo-me parte de uma comunidade surda, ainda enquanto sujeito não ouvinte.

Claro que o papel dos meus pais também foi fundamental para que isso ocorresse, se não fosse a persistência deles e a crença de que isso era bom para mim, não haveria a menor possibilidade de eu ter dado esse passo inicial que me tornou o homem que sou hoje.

E desta forma, fui aos poucos adquirindo a língua de sinais, sentindo e realmente compreendendo a sua importância para minha vida. Dois anos mais tarde, em 2014, minha mãe, depois de anos de sua vida dedicada a mim, resolveu fazer um curso superior. Realizou um vestibular para o curso de Pedagogia na Unicentro, onde conheceu uma professora surda que ministrava as aulas de Libras na universidade. Começa aí um novo capítulo da minha vida, o capítulo que eu chamo de “redescoberta”, pois minha mãe me levou em algumas aulas dessa professora, por ser surda, me incluía nas suas atividades, favorecendo e mostrando um outro lado do mundo surdo, o da profissionalização.

Então comecei a pensar: por que não conciliar a Libras, esse mundo surdo, com a minha profissionalização? Foi fazendo essas indagações que resolvi ser professor, mais especificamente, ser professor de Libras, então comecei, por meio de um interesse profissional, a dar mais um passo na construção da identidade que tenho atualmente. Passei a frequentar mais vezes o CAES, estudar a Libras, comparecer aos eventos voltados à comunidade surda, usar mais a Libras na minha vida. E foi assim, até a minha classificação em quinto lugar no curso de Pedagogia na Unicentro em 2015.

Junto com esta classificação, me inscrevi num processo seletivo para trabalhar como professor de Libras – menciono o termo professor de Libras, pois ainda não me percebia enquanto sujeito surdo, para me considerar um professor surdo. Fui classificado e contratado para trabalhar no CAES, que há pouco tempo era matriculado como aluno (Lenartovicz, 2023, p. 50-51).

Com este relato, longo mas necessário, é possível compreender o processo vivenciado e, quem sabe, outros e outras poderão nele também se reconhecer e perceber a complexidade do tema da identidade surda, que não é única, e que esta que aqui se apresenta é uma experiência singular, de um sujeito que nasce ouvinte e que perde a audição muito cedo, mas que mantém a oralidade até os dias de hoje.

A seguir, trazemos o relato autobiográfico que se referencia com as políticas educacionais inclusivas que se desenvolveram no Brasil concomitantemente ao desenvolvimento do sujeito desta autobiografia.

Por fim... o começo: encontro da biografia com as políticas educacionais inclusivas³

A decomposição e a remontagem são procedimentos que necessitam do estabelecimento de um sistema de compreensão. Investigar o passado pode ser um processo difícil e complexo, mas é necessário no ato de autorrepresentação. A escolha pela abordagem autobiográfica como meio de aquisição de conhecimento busca transformar o pesquisador por meio de métodos de pesquisa que pertencem à construção de um conto de vida. Com a implementação dessa abordagem, pode-se contemplar o conceito de formação e as suas características únicas.

Lembro-me claramente que, durante a minha formação como investigador, o processo da pesquisa aumentou muito a minha consciência e sensibilidade para com a comunidade surda. Isso levou à aquisição de conhecimento e compreensão que irei aprofundar nesta discussão. O meu objetivo é relacionar a minha experiência pessoal às políticas educacionais inclusivas que se desenvolveram paralelamente às minhas vivências escolares e no desenvolvimento da minha identidade surda.

Meu nome é Lucas Emanuel Lenartovicz. Fiz a Graduação em Pedagogia pela Unicentro em 2018. Em 2019, concluí uma Pós-Graduação em Educação Especial e Psicopedagogia Institucional. Em 2023, me formei em Letras/Libras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Para aprimorar minhas habilidades docentes em Libras, concluí curso de aperfeiçoamento na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) em Curitiba em 2015 e obtive quadro de proficiência para ensino de Libras PROLIBRAS – MEC no mesmo ano. Atuo como professor de ensino da Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Instituto Federal do Paraná (IFPR) e estou cursando Direito em uma faculdade particular.

De acordo com as lembranças de minha família, fui diagnosticado com surdez neurossensorial grave à direita e surdez neurossensorial profunda à esquerda devido a febre alta e convulsão, no entanto a causa dessa surdez permanece clinicamente desconhecida. É importante notar que eu tinha apenas quatro anos quando isso ocorreu e já havia desenvolvido uma memória para sons, o que me permitiu comunicar verbalmente. Desse modo, a minha fala não foi afetada pela minha deficiência auditiva, mas fiz terapia da fala durante vários anos para melhorar as minhas capacidades de comunicação oral.

Quando eu tinha apenas cinco anos, ganhei meu primeiro aparelho auditivo. Especialistas na área acreditavam que o dispositivo faria com que me comunicasse melhor com minha família e colegas. Indivíduos que apresentam perda auditiva parcial ou total geralmente necessitam de aparelhos auditivos

³ Escolhemos manter a maior parte desta seção na primeira pessoa do singular, dada a característica da autobiografia.

para melhorar sua qualidade de vida. É importante ressaltar que o uso de próteses auditivas tem impactado significativamente a vida dos usuários, tanto antes quanto depois de começarem a usá-las.

A Constituição Federal deixa claro que o bem-estar social e a saúde estão entre as suas principais prioridades, por isso determina que o Sistema Único de Saúde é obrigado a oferecer os seguintes serviços:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Brasil, 1988).

Reforçado também pelo art. 196 da referida Constituição:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1998).

Embora possam não ter sido uma política voltada especificamente para a educação e a inclusão, os artigos mencionados tiveram claramente um impacto significativo no meu desenvolvimento pessoal e na formação da minha identidade. Eles ajudaram a moldar a cultura que influencia a forma como experimento a vida hoje. Na época em que esses artigos me influenciaram, eu tinha apenas cinco anos e eram meus pais que tomavam as decisões por mim. Segundo minha mãe, em meados de julho de 2002 viajamos para Maringá para consultar um otorrinolaringologista. Durante essa consulta, o médico insistiu em acreditar que eu nunca recuperaria a audição, no entanto havia opções disponíveis para tratamentos preventivos que me permitiriam manter algum nível de audição residual. Com o uso de um aparelho auditivo, eu seria capaz de viver uma vida semelhante à de qualquer outra pessoa na sociedade. O médico enfatizou a importância do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais para meu crescimento e desenvolvimento. Como alguém que dependia de um aparelho auditivo, havia o risco de comprometer minhas habilidades orais. As orientações e os conselhos prestados por esse médico durante a consulta médica foram determinantes e impactaram muito a minha vida. Ao retornar para minha cidade natal, meus pais procuraram uma escola que oferecesse ensino de Libras e acesso a profissionais de fonoaudiologia para acompanhar minha surdez.

Minha jornada acadêmica começou aos seis anos de idade, quando entrei na escola. Nesse tempo já vigorava o Decreto nº 5.626/2005, outro marco em minha vida. Porém, o processo educativo foi árduo devido à ausência de professores com especialização em educação de surdos. Apesar de utilizar aparelho auditivo e leitura labial, encontrei dificuldades na compreensão de meus colegas e

professores. Paralelamente à minha formação formal, naveguei por diversos espaços dedicados à comunidade surda, como a Sala Multifuncional de Recursos para Surdez e eventos que celebravam a cultura surda e a Libras.

Já ao entrar na universidade, no ano de 2016, pude vivenciar os impactos da Lei nº 13.146/2015, o Estatuto das Pessoas com Deficiência, que no caput do seu art. 27 afirma que:

Educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Anteriormente a essa lei, a Portaria nº 1.679, do Ministério da Educação, já garantia em 1999, quando eu tinha apenas dois anos de idade, os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para instrução de processo e de reconhecimento de cursos, ou seja, assegurava que, para existir, as faculdades e universidades deveriam garantir possibilidades de acesso e permanência de pessoas com deficiência. A seção C do artigo segundo do respectivo documento fornece as seguintes informações:

c) para alunos com deficiência auditiva – Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: – quando necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; – flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; – aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); – materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos (Brasil, 1999).

A portaria não apenas reconhece a importância de as instituições de ensino facilitarem o acesso à educação como também enfatiza a necessidade de garantirem que os alunos permaneçam matriculados até concluírem o seu curso de estudos.

O período foi repleto de dificuldades porque me faltou compreensão e aceitação, o que me levou à rejeição da comunidade surda e da Libras. Apesar disso, frequentei as aulas por ordem da minha mãe, que acreditou no valor dessa educação para o meu crescimento pessoal.

Ao terminar o Ensino Médio, resolvi prestar vestibular para o curso de Pedagogia da Unicentro. De todos os candidatos, consegui garantir o quinto lugar e assim fui admitido no Campus Avançado de Pitanga, no Paraná. Minha passagem pela Unicentro, aliada à minha matrícula no curso de Pedagogia, proporcionou uma experiência completamente diferente da minha formação básica. Considero que estudar nessa universidade foi um momento primordial na minha vida, pois, além de ter proporcionado

a oportunidade de trabalhar com uma tradutora profissional de Libras e intérprete de Português, também me expôs a uma infinidade de outras oportunidades que me forçaram a reconsiderar minhas percepções sobre a surdez. O curso encorajou a todos a examinar criticamente a educação, bem como a prestar muita atenção até mesmo aos menores detalhes que muitas vezes são esquecidos.

Comecei a adquirir conhecimento e a fazer conexões com meu passado à medida que assistia às aulas, me aprofundava nas teorias educacionais e me familiarizava com as políticas educacionais. Estudar o curso de Pedagogia na Unicentro foi um momento marcante na minha vida. Foi quando finalmente comecei a me compreender como surdo e teve início a jornada para aceitar minha identidade surda. Foi através da exposição a políticas educacionais inclusivas e da convivência com outros indivíduos surdos que me tornei cada vez mais apaixonado pela defesa dos direitos e da acessibilidade da comunidade surda.

Após observar diversas aulas, estudar teorias educacionais e interagir com educadores, principalmente aqueles especializados em surdez e gestão de cursos de Pedagogia, conceituei uma proposta de pesquisa sobre surdez no trabalho de conclusão de curso. Isso me levou a realizar um estudo intitulado “O ingresso de candidatos surdos na Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro: Realidades e Interfaces”, que examinou os debates políticos em torno da inclusão e seus correspondentes aspectos legislativos. Essa pesquisa serviu como uma força motriz significativa por trás da criação da pesquisa e, finalmente, da dissertação de mestrado, que é aqui sintetizada.

Na medida em que avançava no curso de Pedagogia, a oportunidade de atuar como professor surdo na Sala Multifuncional de Recursos para Surdez tornou-se uma opção viável. Na cidade de Pitanga, a Escola Tiradentes é reconhecida pelo atendimento aos alunos com deficiência, inclusive surdos. Como professor surdo nessa instituição, encontrei experiências positivas e negativas. Um dos pontos positivos foi o valor do trabalho em termos de autonomia pessoal e financeira, aprendizagem e relacionamento com outras pessoas. No entanto, as experiências negativas incluíram casos de preconceito e descrença nas minhas capacidades. No início da minha profissão, trabalhando ao lado de professores ouvintes bilíngues, percebi que outros profissionais da escola davam mais credibilidade e importância a eles do que a mim. Mesmo assim, aos poucos fui ganhando respeito e superando esses obstáculos.

Durante minha graduação, tive a chance de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Essa oportunidade levou ao meu envolvimento em duas pesquisas no âmbito do programa de Iniciação Científica. Adicionalmente, pude publicar artigos em eventos e compartilhar minhas experiências como palestrante. Também tive o privilégio de participar de mesas-redondas e painéis de avaliação do IFPR.

É importante notar que, embora essas produções não estivessem necessariamente centradas no tema escolhido, todas trabalhavam no sentido de uma maior compreensão da educação inclusiva.

Não basta simplesmente incluir indivíduos marginalizados; a verdadeira inclusão exige a garantia de que os seus direitos fundamentais, tal como definidos nas leis e nos ideais de cidadania, sejam defendidos e garantidos.

Estabeleci uma identidade clara como membro da comunidade surda. Sou professor credenciado em escola municipal localizada em Pitanga e exerço cargo de docente permanente no campus do IFPR na mesma cidade. Apesar de não trabalhar diretamente na educação de surdos, estou envolvido em funções de educação especial que atendem às necessidades dessa comunidade.

Depois de concluir minha pesquisa para o mestrado, consegui conectar-me com o rumo que minha vida estava tomando. Essa experiência fez-me reavaliar o que minha vida pessoal e profissional significava para mim. O processo de narrar a minha história de vida permitiu refazer os meus passos e contemplar a comunidade à qual pertencia, os familiares e amigos que me apoiaram, os locais que frequentei e a forma como interagi com quem me rodeava. Ao longo dessa jornada introspectiva, abordei a situação como profissional da educação. Todos esses fatores desempenharam um papel significativo na definição de quem sou como ser humano, como professor e como surdo.

Considerações finais

A aposta feita nesta pesquisa foi a de que é possível uma superação do positivismo nas pesquisas em educação, aproveitando as experiências individuais significativas como meio de interpretar, compreender e transformar a realidade, no caso, a realidade da educação inclusiva por meio de uma história de vida significativa de um sujeito surdo que faz um exercício de autobiografia, trabalhando o paralelismo de sua vida individual com o desenrolar das políticas educacionais inclusivas. Vida individual e políticas educacionais inclusivas que compartilham uma contemporaneidade e fazem desse ângulo e a forma de análise aqui construída ainda mais relevantes.

A utilização dos princípios da pesquisa narrativa, a partir da qual fizemos a inserção da autobiografia, coloca o sujeito da experiência como fonte importante de onde se pode explorar possibilidades analíticas. E sem dúvida o resultado obtido na pesquisa de mestrado, e que aqui é apenas sumariamente apresentado, serve de horizonte para as transformações necessárias nessas políticas, bem como nas práticas educacionais inclusivas. Dialogar verdadeiramente desde uma experiência singular pode resultar em uma forma potente de penetrar nos âmbitos mais recônditos da realidade que, por exemplo, os documentos oficiais não adentram. E onde também não adentram experiências oficiais, desde a gestão dos sistemas educativos.

No final das contas, conseguimos expor que as identidades surdas e a identidade singular do sujeito surdo desta pesquisa não são algo dado, evidente e acabado de uma vez por todas. É uma

construção constante, nem sempre linear e muito menos vivenciada sem dor. Como vimos, muitos dilemas foram vividos, muitas decisões foram tomadas, pelo sujeito e por sua família, que conduziram a uma história que poderia estar sujeita ao “fracasso” e levaram a que este sujeito pudesse galgar os estudos e uma carreira profissional promissora.

A inclusão, tema tão candente quanto complexo, no fundo refere-se à garantia plena de cidadania, de direitos, de uma vida que seja vivida com toda potencialidade. Essa história, real, aqui narrada em forma de autobiografia, é uma história certamente fora da curva, ou seja, é uma história que, mesmo com dores e angústias, acaba bem (embora ainda esteja longe de acabar).

E que esta história possa ser reproduzida para todas e todos sujeitos surdos. E, por que não, para todos e todas com ou sem algum tipo de deficiência. As pistas para a verdadeira inclusão estão expostas em documentos tão fundamentais como a Constituição de 1988, em declarações internacionais, em acordos, em decretos e outras leis. Não falta arcabouço teórico e político para se levar a cabo processos de inclusão.

Referências

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOHNEN, N. T. **A jornada do herói**: a narrativa autobiográfica na construção da identidade profissional do professor. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2404>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.416, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999.

BUENO, B. O. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100002>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 27, p. 1-19, e-23010.037, 2024.
Disponível em <<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>

DELORY-MOMBERGER, C. Formação e socialização: os ateliês biográficos do projeto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 359-371, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200011>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Koogan, 1989.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LENARTOVICZ, L. E. **Um relato autobiográfico de um surdo sob o viés das políticas educacionais inclusivas**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2023. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/2114>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MELO, A. de. Ser orientador na pós-graduação: reflexões a partir da pesquisa narrativa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, e280028, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280028>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MELO, A. de; RIVAS FLORES, J. I. **Pesquisa narrativa: teoria, práticas e transformação educativa**. Curitiba: Appris, 2022.

PÉREZ SERRANO, G. **Investigación cualitativa: retos e interrogantes**. II. Técnicas y Análisis de Datos. Madrid: La Muralla, 1994.

REIS, F. **Professor surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88409>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SOUZA, E. C. de. Investigación (auto)biográfica como acontecimiento: contexto político y diálogos epistémico-metodológicos. **Márgenes: Revista de Educación de la Universidad de Málaga**, Málaga, v. 1, n. 3, p. 16-33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24310/mgnmar.v1i3.9613>. Acesso em: 15 ago. 2023.

TELLES, J. A. “É pesquisa, é? Ah, não quero, não, bem!” Sobre pesquisa acadêmica e sua relação com a prática do professor de línguas. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 91-116, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rle.v5i2.15560>. Acesso em: 15 ago. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido: 19/02/2024

Aceito: 22/05/2024

Received: 02/19/2024

Accepted: 05/22/2024

Recibido: 19/02/2024

Aceptado: 22/05/2024

